

Dossiê: Patrimônio e Relações Internacionais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31204>

“O abismo da história é grande o suficiente para todos”. Os primórdios da Carta de Atenas de 1931 e a afirmação da noção de patrimônio da humanidade

“The abyss of history is big enough for everyone”. The beginnings of the 1931 Athens Charter and the affirmation of the notion of world heritage

“El abismo de la historia es lo suficientemente grande para todos”. Los inicios de la Carta de Atenas de 1931 y la afirmación de la noción de patrimonio de la humanidad

*Marcos Olender**

<http://orcid.org/0000-0003-1047-099X>

RESUMO: O artigo discute alguns aspectos da produção da Carta de Atenas de 1931, primeiro documento internacional referente à proteção do patrimônio histórico e artístico produzido no âmbito de uma articulação política e institucional internacional. Aborda o processo histórico que constrói a conjuntura da elaboração do citado documento, iniciando pelo contexto da Primeira Grande Guerra, passando pela implantação de instituições que começaram a estruturação de uma política internacional de proteção ao patrimônio, em que é destacada a preocupação pela viabilização da constituição de um patrimônio da humanidade.

Palavras-chave: Carta de Atenas de 1931. Patrimônio da humanidade. Preservação.

ABSTRACT: The article discusses some of the production aspects of the 1931's Athens Charter, the first international document referring to the protection of historical and artistic heritage produced within the framework of an international political and institutional articulation. It addresses the historical conjecture construction process of elaboration of the aforementioned document, starting with the context of the First World War, passing through the implantation of institutions that began the structuring of an international policy for the protection of heritage, in which the concern for the viability of the constitution of a humanity heritage is highlighted.

* Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ. Mestre em História Social pela UFRJ. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA. Professor Titular do Departamento de História e da Pós-Graduação de História da UFJF. E-mail: olender@terra.com.br

Keywords: 1931's Athens Charter. World heritage. Preservation.

RESUMEN:

El artículo analiza algunos aspectos de la producción de la Carta de Atenas de 1931, el primer documento internacional sobre la protección del patrimonio histórico y artístico producido en el marco de una articulación política e institucional internacional. Aborda el proceso histórico que construye la coyuntura de la elaboración del documento antes mencionado, comenzando con el contexto de la Primera Guerra Mundial, pasando por la implantación de instituciones que comenzaron la estructuración de una política internacional para la protección del patrimonio, en la que se destaca la preocupación por la viabilidad de la constitución de un patrimonio de la humanidad.

Palabras Clave: Carta de Atenas de 1931; patrimônio de la Humanidad; preservación

Como citar este artigo:

Olender, Marcos. “‘O abismo da história é grande o suficiente para todos’. Os primórdios da Carta de Atenas de 1931 e a afirmação da noção de patrimônio da humanidade”. *Locus: Revista de História*, 26, n.2 (2020): 291-313.

“Num campo de forças de correntes e explosões destruidoras”: os traumas da Primeira Grande Guerra

Não, está claro que as ações da experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis experiências da história universal. Talvez isso não seja tão estranho como parece. Na época, já se podia notar que os combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. [...] Não, o fenômeno não é estranho. **Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmentidas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda foi à escola num bonde puxado por cavalos viu-se sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano** (Benjamin 2012a, 123-124; grifos meus).

É conhecida essa utilização de Walter Benjamin do contexto da Primeira Guerra Mundial para explicar aquilo que ele define como processo de decadência das experiências coletivas e do fortalecimento das vivências individuais. Processo que havia se iniciado no século XIX e que se radicalizava ainda mais a partir desse conflito internacional que redimensionou a noção de tragédia ainda no início do século XX. Essa situação é tão forte para Benjamin que ele chega a utilizar as mesmas duas frases (grifadas acima) em dois textos fundamentais onde aborda o assunto. Um deles,

e de onde provém o trecho transcrito, é “Experiência e Pobreza”, onde alertava sobre uma barbárie “não no bom sentido” que se encontrava imediatamente atrás da porta, que era o nazismo, e propõe contrapô-la a um “conceito novo e positivo de barbárie [...] a começar de novo, [...] a construir com pouco [...] a partir de uma tábula rasa” (Benjamin 2012a, 125). O outro texto é “O Narrador”, sobre a “arte de narrar” também em extinção, pois estruturada justamente nas experiências coletivas (Benjamin 2012b).

Benjamin viveu o horror da Primeira Guerra, embora tenha se recusado a lutar nela, e esse tenha sido, inclusive, o motivo do rompimento com o seu mentor Gustav Wyneken, favorável ao conflito. Mas testemunhara seus estragos e o silêncio dos combatentes que retornavam dos *fronts* pois, como afirma Gagnebin (2006, 51) “aquilo que vivenciaram não podia mais ser assimilado por palavras”.

A Primeira Guerra Mundial permaneceu, pelo menos “na memória dos britânicos e franceses que travaram a maior parte” dela, aponta Hobsbawn, como uma lembrança “mais terrível e mais traumática [...] que a Segunda” (Hobsbawn 1995, 33), embora essa tenha sido mais abrangente, mais cruel e mais mortal. Provavelmente porque aquela inaugura uma dimensão de destruição e mortandade nunca antes conhecida, nem imaginável, para um conflito internacional.

A repercussão dos seus horrores pode ser percebida, também, na primeira das duas cartas escritas pelo poeta francês Paul Valéry sobre ela, reunidas na publicação “A Crise do Espírito”, que se inicia com a seguinte declaração: “Nós, civilizações, sabemos que somos mortais.” (“*Nous autres, civilisations, nous savons maintenant que nous sommes mortelles.*”). (Valéry 2015, 2).

Com a Primeira Grande Guerra, as quedas de impérios e civilizações, que eram conhecidas apenas nos livros de história, se aproximavam temerariamente dos povos europeus, como apontava o escritor francês:

Ouvimos falar de mundos inteiros desaparecidos, de impérios afundados com todos os seus homens e todo o seu equipamento; desceram às profundezas inexploráveis dos séculos com seus deuses e leis [...]. Sabíamos bem que toda a terra aparente é feita de cinzas, que as cinzas significam alguma coisa. Pudemos ver, através das profundezas da história, os fantasmas de enormes navios carregados de riqueza e espírito. Não podíamos contar. Mas esses naufrágios, afinal, não eram da nossa conta. Elão, Nínive e Babilônia eram belos nomes vagos, e a ruína total desses mundos tinha tão pouco significado para nós quanto sua própria existência. Mas França, Inglaterra, Rússia ... esses também seriam nomes bonitos. Lusitânia também é um nome bonito. E agora vemos que o abismo da história é grande o suficiente para todos. Sentimos que uma civilização tem a mesma fragilidade que uma vida. **As circunstâncias que mandariam as obras de Keats e as de Baudelaire para se juntarem às obras de Ménéandre não são mais inconcebíveis: elas estão nos jornais** (Valéry 2015, 2; grifos meus).

As condições, características e abrangência da destruição podem ser percebidas se passarmos os olhos pelos periódicos da época, com seus relatos e fotografias. Em abril de 1916, no número 154 da revista francesa “*Les Arts*”, o arquiteto francês Paul Léon descreve a situação

dos monumentos históricos do seu país em um artigo intitulado “*La guerre et les monuments*”. A tensão e a falta de previsão e de perspectiva sobre a dimensão possível do desastre ficam evidentes logo no primeiro parágrafo do texto:

Seria prematuro, após mais de vinte meses de guerra, pretender fazer um inventário de nossas perdas artísticas. Faltam os detalhes, os testemunhos são discordantes, as investigações às vezes são difíceis. **Além disso, a luta continua e a verdade de hoje pode não ser mais a de amanhã.** No entanto, é possível, no que diz respeito aos monumentos, traçar um quadro geral das devastações sofridas, especificar sua importância atual e determinar as restaurações necessárias (Léon 1916, 2).

Nas suas nove páginas, o texto aborda várias questões concernentes à guerra, aos danos já causados, às ameaças ainda por vir e até se debruça sobre as opções para os primeiros cuidados e para a preservação dos bens edificados atingidos. Ainda na primeira página, Léon apresenta a estratégia utilizada pelos alemães durante a invasão da França bem como seus efeitos:

Os efeitos do vandalismo variaram com as três fases da guerra: invasão, depois retirada alemã e estabilidade dos fronts. A ofensiva inimiga devia atacar rapidamente e com força. Para colocar a França fora de ação rapidamente, era necessário não apenas destruir seus exércitos, mas também quebrar sua resistência material e moral. Violência contra pessoas, pilhagem de habitações, destruição de edifícios. Essas são as diversas formas de um mesmo sistema de terror do qual o saque de Senlis ou aquele de Gerbévillers foram as consequências lógicas (Léon 1916, 2)

Esta estratégia militar alemã aparece, também, descrita e analisada por Hobsbawm (1995, 32) em seu livro “A Era dos Extremos”:

O plano alemão era liquidar rapidamente a França no Ocidente e depois partir com igual rapidez para liquidar a Rússia no Oriente, antes que o império do czar pudesse pôr em ação efetiva todo o peso de seu enorme potencial militar humano. Então, como depois [na Segunda Guerra], movida pela necessidade a Alemanha planejava uma campanha relâmpago [...].

A destruição provocada pelo exército alemão em território francês não se resumia, porém, no bombardeio e no incêndio dos monumentos históricos de cada localidade invadida. Era completada pela pilhagem sistemática de obras-primas artísticas. Tal atitude era justificada pelo historiador da arte alemão e diretor do Conselho do Patrimônio da Província Renana, Paul Clemen, encarregado pelo seu governo para a “inspeção das obras de arte nos departamentos invadidos” (Léon 1916, 3) na França, a fim de protegê-las da ação do próprio exército francês(!), segundo relato feito por Léon.

Na verdade, aponta o texto, as destruições e pilhagens mais significativas se davam, muitas vezes, quando da retirada das tropas alemãs das regiões invadidas e dominadas, deixando um rastro de fogo e escombros. O bombardeio direto das cidades era o principal fator de arruinamento. Os exemplos documentados e apresentados em fotografias no artigo de Léon são vários e bem impactantes, como o da “encantadora igreja de Tilloloy” (Figuras 1 e 2), desfigurada pelas bombas e onde as “nervuras elegantes, a alvenaria de pedra e tijolo, a fachada com torres, a decoração

adornada com todas as graças do Renascimento compunham uma rara obra-prima inspirada nas tradições mais puras da nossa arquitetura civil e religiosa” (Léon 1916, 6); ou na Igreja de Ablain-Saint-Nazaire, que “serviu como alvo da artilharia” (Léon 1916, 6) e da qual “não resta hoje mais do que um esqueleto sinistro” (Léon 1916, 7) (figuras 3 e 4).



Fig.1: Léon 1916, 4, “Igreja de Tilloy (Somme) antes do bombardeio”, foto por *Section photographique de l’Armée*.



Fig.2: Léon 1916, 5, “Igreja de Tilloy (Somme) após o bombardeio”, foto por *Section photographique de l’Armée*.



Fig.3: Léon 1916, 6, “Igreja de Ablain-Saint-Nazaire (PAS-DE-CALAIS) antes do bombardeio”, foto por *Séction photographique de l’Armées*.



Fig.4: Léon 1916, 6, “Igreja de Ablain-Saint-Nazaire (PAS-DE-CALAIS) após o bombardeio”, foto por *Séction photographique de l’Armée*.

É claro, porém, afirma Léon (1916, 7), que “todas essas destruições, das quais é impossível fazer uma enumeração completa, atingiram edifícios de valor muito desigual”. Nelas, encontramos bens tombados, ou seja, inseridos na “lista de monumentos históricos”. Mas mesmo que “muito poucos” estivessem no início da guerra nessa lista, isso não retiraria o seu valor histórico, primeiro porque “essa lista que é preenchida todos os dias tem apenas um valor relativo e provisório” (Léon 1916, 7). Prova disso é o exemplo dado por Léon (1916, 7) de que

[...] somente no departamento de Marne, vinte e sete igrejas foram inscritas [nessa lista, ou seja, tombadas ou classificadas, segundo a terminologia francesa] desde a guerra. A Comissão dos

Monumentos Históricos decidiu que elas têm caráter artístico suficiente para colocar sua restauração sob o controle dos serviços do Estado.

Mas, mais que isso, pois mesmo que “muitas outras” dessas edificações não apresentassem “um grande interesse artístico, contribuía para o aspecto pitoresco da aldeia, recordando lembranças preciosas da história local, continham relíquias veneradas cuja profanação é infinitamente dolorosa (Léon 1916, 7).

E como lidar com essa destruição e com essas memórias vilipendiadas, violentadas? Com essas profanações que se estendiam também a antigas edificações civis? “Até que ponto o futuro revelará as ruínas do presente?”, perguntava-se Léon (1916, 8). Durante a guerra, o máximo que se poderia fazer (e que efetivamente se fazia) era evitar o agravamento dos danos já causados pela ação das intempéries em estruturas debilitadas pela agressão. “Após a guerra”, afirma Léon, “se colocará o problema da restauração definitiva. **E ele será colocado com uma amplitude desconhecida em nosso país desde que foram reparadas as destruições do vandalismo revolucionário** [durante a Revolução Francesa de 1789]” (Léon 1916, 8; grifos meus). Porém, aponta ainda o arquiteto francês, a situação “já está dando origem as polêmicas mais acaloradas” (Léon 1916, 8). A primeira dessas polêmicas afirma, está na questão “As ruínas deveriam permanecer tal como a invasão as fez?”, ou “convém ao contrário restituir os monumentos ao estado em que se encontravam antes da guerra e apagar por uma reconstituição total os traços de sua mutilação?” (Léon 1916, 8).

Léon apresenta, então, as justificativas dadas pelas duas posturas antagônicas. De um lado, aquela que ele denomina de “os partidários da conservação integral”, e do outro, a daqueles que desejam a restauração. Pela importância desse debate que perpassa todo o período entre-guerras e que, de certa forma, retorna após o segundo conflito, transcrevo alguns trechos presentes no artigo:

Os defensores da conservação integral invocam razões de interesse nacional. Nós esquecemos demais desde 1870 e o esquecimento quase foi nossa perdição. O espetáculo do presente deve permanecer o ensinamento do futuro. É com isso em mente que o Sr. Deputado Breton [Jules-Louis Breton, socialista] e um certo número dos seus colegas apresentaram uma proposta de lei tendendo a conservação de ruínas históricas. “É necessário agora”, declaram eles, “escolher ao longo do nosso front algumas das aldeias destruídas para mantê-las piedosamente no estado em que as operações de guerra as deixaram ...; amanhã e sempre as ruínas históricas devem se tornar um local de peregrinação para onde as crianças serão levadas ...”. À preocupação com a educação nacional se acrescenta o respeito pela obra antiga. Por mais mutilado que seja, o monumento ainda guarda uma vida profunda que provavelmente será destruída por uma restauração brutal. [...] Àqueles que querem restaurar, a abstenção parece uma confissão de impotência e como um sinal de derrota. Os montes inumeráveis que levantam as terras dos campos permanecerão para os nossos filhos como um ensinamento imperecível. Nós lhes devemos um país livre de todas as contaminações da invasão e o primeiro ato de fé em nossos destinos nacionais deve ser o reerguimento de nossos monumentos destruídos. (Léon 1916, 8-9)

O arquiteto francês desenvolve uma breve digressão sobre a questão, ponderando sobre as posturas assumidas pelos dois lados. No que concerne àqueles que pregam a reconstrução dos monumentos, lembra e critica a postura assumida por Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, por exemplo, de reconstituir as lacunas artísticas das construções por cópias de “obras similares e contemporâneas” a essas, como aconteceu em Notre-Dame de Paris na restauração realizada por ele, preferindo que tais lacunas permanecessem pelo “respeito pela verdade” (Léon 1916, 10). Neste sentido, respondendo à crítica alemã feita por Paul Clemen, que assume uma postura explicitamente *viollet-le-duquiana*, informa que pode “afirmar que há unanimidade na Comissão de Monumentos Históricos [francesa] por deixar intactas as estátuas de Reims incendiadas” (Léon 1916, 10), o mesmo não se aplicando “as partes essenciais à estabilidade do edifício” (Léon 1916, 10), que deveriam ser refeitas.

Porém, para Léon, o arruinamento dos bens históricos não é uma questão fácil de ser resolvida. O que fazer, por exemplo, com “as igrejas atingidas em pleno campo de batalha”? Para ele, à princípio, não é uma questão de restauração e sim de reconstrução. Mas essa reconstrução, visando atender à comunidade, deve “reproduzir o monumento primitivo ou conceber um monumento novo sem levar em conta o passado?”. Aqui, Léon, testemunha das dores e angústias das comunidades atingidas, afirma que “os métodos serão variáveis”. Apresenta como exemplo a sede da prefeitura da cidade de Arras, em Pas-de-Calais, totalmente destruída pelos alemães, e pergunta: “A cidade vai consentir em deixar desaparecer para sempre a imagem do campanário tão intimamente ligada à sua história?”. Para ele, o melhor seria a construção de uma edificação nova, mas com o arquiteto escolhido para fazer o projeto tendo que considerar “o estilo regional na escolha dos materiais e na interpretação das formas” podendo assim, a partir daí, “dar liberdade à sua própria inspiração”. Mas é importante notar que, ainda no meio do conflito, a preocupação de Léon era com as feridas abertas nas comunidades atingidas e com qual seria a melhor maneira de lidar-se com elas. Neste sentido, o arquiteto francês conclui seu texto deixando em aberto os caminhos a serem tomados:

Quaisquer que sejam as soluções para esses problemas tão complexos, a tarefa do presente está claramente delineada. Onde quer que atrás da linha de fogo possam acessar trabalhadores e materiais, é importante começar a trabalhar. É um dever sagrado para os poderes públicos conservar o patrimônio artístico que nos legou o passado e que devemos levar em consideração no futuro (Léon 1916, 10).

Léon terá a oportunidade de discutir essas e outras questões durante a I Conferência Internacional sobre a Conservação dos Monumentos de Arte e de História que aconteceria em Atenas, em 1931, e que teria como produto final aquele considerado como o primeiro documento

internacional referente à conservação do patrimônio edificado e urbano: a denominada Carta de Atenas.

Uma liga de tipo especial”: a Liga das Nações, a cooperação intelectual e a preservação do patrimônio

Após a guerra, entre as resoluções do Tratado de Versalhes de 1919, estava a da criação de uma instituição internacional que pudesse fortalecer o diálogo entre as nações na resolução dos seus problemas e tensões, evitando assim a reedição de um conflito com as dimensões e tragicidade daquele que havia findado. Idealizada pelo presidente americano Woodrow Wilson e de fundamentação explicitamente kantiana, foi criada a Liga (ou Sociedade) das Nações. Wilson tinha como inspiração duas obras do filósofo alemão, onde ele apresentava a ideia de “uma federação de nações em que todo Estado, mesmo o menor deles, pudesse esperar sua segurança e direito não da própria força ou do próprio juízo legal, mas somente desta grande confederação de nações” (Kant 2011, 13) que são: “Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita” (de 1784, de onde foi retirado o trecho transcrito) e, principalmente, “À paz perpétua” (1795), escrito onze anos depois, onde Kant explicita o conceito de “Liga de povos”. Tal conceito aparece no “Segundo artigo definitivo para a Paz Perpétua” que tem como título “O direito das gentes deve ser fundado sobre um federalismo de Estados livres”. Ali, Kant, após explicitar o conceito de “liga de povos”, mas uma liga especial que definirá como “liga da paz”, afirma:

Povos, como Estados, podem ser julgados como homens individuais [...] em vista de sua segurança, pode e deve exigir do outro entrar com ele em uma constituição similar à civil, em que cada um pode ficar seguro de seu direito. Isto seria uma liga de povos, que, contudo, não teria de ser nenhum Estado de povos. / [...] o estado de paz [...] não pode ser instituído ou assegurado sem um contrato dos povos entre si: – tem de haver então uma liga de tipo especial, que se pode denominar *liga de paz* (*foedus pacificum*), que deveria ser distinta do *tratado de paz* (*pactum pacis*) em que este simplesmente procura por fim a uma guerra, aquela, porém, a todas as guerras para sempre. [...] A exequibilidade (realidade objetiva) desta idéia de *federalidade*, que deve se estender gradualmente sobre todos os Estados e assim conduz à paz perpétua, mostra-se por si (Kant 1989, 38-41).

Trinta anos antes da fundação da Liga das Nações, encontramos a ideia de uma liga de federações, proposta pelo arquiteto francês Charles Normand, para institucionalizar e viabilizar a proteção internacional do patrimônio histórico e artístico dos povos. Como explícito em texto publicado em 2017, isso se deu no primeiro encontro internacional que tratava especificamente da preservação do patrimônio histórico e artístico, o Primeiro Congresso Internacional para a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos (Olender 2017, 189). No discurso de abertura do evento, Normand, que era o secretário-geral e idealizador do evento,

[...] constatando que as preocupações com “a proteção e a salvaguarda dos monumentos” são “comuns a todos os espíritos reflexivos” e traduzem-se “em regulamentos de administração e mesmo em artigos de leis”, conclama: “Imbuídos do mesmo pensamento, nós queremos provocar uma corrente[za] simpática, uma liga internacional, que possa constituir, mesmo no meio das violências da guerra, uma defesa eficaz do patrimônio legado pelo passado a todas as gerações presentes.” (Normand 1889a, 191); (Olender 2017, 189).

Mas mesmo essa liga internacional específica para “uma defesa eficaz do patrimônio legado pelo passado a todas as gerações presentes” teve que esperar para iniciar efetivamente seu processo de construção e de consolidação, justamente o aparecimento de outra: a Liga das Nações, efetivada em meados de 1919.

Porém, essa primeira tentativa de se instituir uma autêntica federação de nações não teve êxito, não conseguindo evitar a realização de um conflito ainda maior e mais cruel: a Segunda Grande Guerra. Mas, apesar disso, possibilitou a constituição das primeiras experiências institucionais efetivamente internacionais no campo da produção intelectual e cultural.

Por outro lado, a recusa do Congresso norte-americano na participação do país na Liga das Nações (considerado, inclusive, um dos motivos do seu fracasso), consolidou a preponderância européia na mesma, como informa Annamaria Ducci (2012, 228):

Assim, a Liga das Nações, apesar de contar entre seus membros grandes nações extra-europeias como o Japão, foi essencialmente composta em seus órgãos decisivos por membros europeus, e, na verdade, o velho continente, sua estrutura geopolítica e seus problemas, sempre permaneceu a preocupação central da Liga. É importante dizer que a idéia da Liga das Nações era abertamente européia porque, naquilo que pertencia ao estilo europeu, podia-se encontrar um caráter ao mesmo tempo nacional e universal: 'ser europeu é sempre ser ao mesmo tempo pré-europeu'. (estado, mesmo estado-nação) e pós-europeu (global, mundial).

Tanto a criação da Liga das Nações quanto a dos seus órgãos ligados às questões culturais e intelectuais tiveram a influência decisiva do governo francês. Esta influência traduziu-se na escolha do primeiro presidente da Liga, o político francês Léon Bourgeois, bem como na criação, em 1921, do primeiro órgão vinculado à instituição que tinha como objetivo a internacionalização da produção intelectual: A Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), criada a partir de uma proposição encaminhada à Liga pela “Associação Francesa pela Sociedade das Nações”, presidida, também, por Bourgeois. Tal proposta foi aprovada na sessão de setembro de 1921 da Liga. Também partiria do governo francês a proposta para a criação, em 1926, do “braço executivo” do CICI, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), cuja sede ficava, inclusive, em Paris, e do qual falarei mais a frente.

A criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual inaugurou aquele que Vittorio Mainetti denomina de segundo dos três períodos referentes “ao processo histórico de

formação e consolidação das relações culturais internacionais” (Olender 2017, 208), assunto que abordei rapidamente no meu texto de 2017. Os três períodos são:

1. Aquele que vai da segunda metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial e que “se caracteriza pela formação de relações culturais internacionais” (Mainetti 2014, 175).
2. Entre as duas grandes guerras, em que “se estabelece um sistema de cooperação intelectual internacional no âmbito da Sociedade das Nações” (Mainetti 2014, 175)
3. Logo depois da Segunda Guerra Mundial e que se caracteriza pela “criação de organizações internacionais como a UNESCO e o desenvolvimento de um sistema muito articulado de cooperação cultural internacional” (Mainetti 2014, 175).

Foi principalmente no segundo período, como aponteí, ainda, no citado texto:

[...] sob a égide da Sociedade das Nações, que muitas das propostas/recomendações aprovadas no Congresso Internacional para a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos seriam desenvolvidas e inscritas nas primeiras convenções internacionais específicas do tema. Tal processo ganha folego a partir da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), criada no bojo da citada organização, em 1922, cuja preocupação com a preservação se manifesta desde a proposta do então presidente Henri Bergson de buscar uma regulamentação e procedimentos internacionalmente estipulados no que concerne às prospecções e à conservação dos monumentos arqueológicos e se consolida com a fundação, por deliberação do CICI, do International Museums Office (Escritório Internacional dos Museus), que organizará a conferência internacional de Atenas, de 1931 [...] (Olender, 2017, 208).

Conferência essa que será caracterizada por Choay (2001, 156) como a “primeira conferência desse gênero tomada sob a égide de um organismo supranacional”.

Além de Henri Bergson, outros cientistas e intelectuais, predominantemente europeus, participam da CICI, como Albert Einstein, Marie Curie, Paul Valéry e Johan Huizinga. Por sua vez, a construção de uma hegemonia europeia (a partir da recusa dos EUA em participar da Liga das Nações) nas iniciativas institucionais internacionais de produção intelectual e cultural parece se apresentar como um verdadeiro projeto que, de certa forma, já se encontra anunciado na segunda das duas cartas que compõem “A Crise do Espírito”, publicada por Valéry em meados de 1919 e que diz respeito ao cenário mundial pós-Primeira Guerra. E é assim que Valéry vai abordar aquela que seria a missão da Europa nesse contexto:

Um primeiro pensamento aparece. A idéia de cultura, inteligência, obras magistrais é para nós em um relacionamento muito antigo - tão antigo que raramente voltamos a ele, - com a ideia da Europa. As outras partes do mundo tiveram civilizações admiráveis, poetas de primeira ordem, construtores e até sábios. Mas nenhuma parte do mundo possuiu essa propriedade física singular: o poder emissor mais intenso combinado com o poder absorvente mais intenso. Tudo veio à Europa e tudo veio dela. Ou quase tudo. No entanto, o momento atual envolve esta questão capital: a Europa manterá sua preeminência em todos os gêneros? A Europa se tornará o que realmente é, ou seja: um pequeno cabo no continente asiático? Ou a Europa continuará sendo o que parece, ou seja: a parte preciosa do universo terrestre, a pérola da esfera, o cérebro de um corpo vasto? (Valéry 2015, 14-15).

A pequena região europeia está no topo da classificação há séculos. Apesar de sua pequena extensão, - e embora a riqueza do solo não seja extraordinária, - ela domina o cenário. Por que milagre? - Certamente o milagre deve residir na qualidade de sua população. Essa qualidade deve compensar o menor número de homens, o menor número de milhas quadradas, o menor número de toneladas de minério atribuído à Europa. (Valéry 2015, 16).

Sugerimos anteriormente que a qualidade do homem deve ser o determinante da excelência da Europa. Não consigo analisar essa qualidade em detalhes; mas eu acho por um exame superficial que essa ganância ativa, curiosidade ardente e desinteressada, uma feliz mistura de imaginação e rigor lógico, um certo ceticismo não pessimista, um misticismo não resignado ... são os caracteres mais especificamente ativos da Psique Europeia. (Valéry 2015, 16-17).

Pierre Leveau informa que, desde a sua criação, a CICI realizou, durante a década de 1920, “quatro pesquisas sobre a conservação do patrimônio em diferentes setores: o de antiguidades e de monumentos, em 1922; de arquivos e bibliotecas, em 1925; de paisagens e belezas naturais, em 1927; de pinturas e esculturas, enfim, em 1929” (Leveau 2011, 7).

Outra atividade fundamental da CICI foi o incentivo à criação das suas congêneres em âmbito nacional. Como afirma Laqua (2011, 55), “foram as Comissões nacionais de cooperação intelectual que constituíram o elo formal entre as iniciativas dos intelectuais em escala nacional e a Sociedade das Nações”. Criados a partir de 1925, tais organismos se difundiram por todos os continentes. Estavam presentes, por exemplo, na África do Sul (1925-1945), no Egito (1927-1945), na Síria (1927-1946), em El Salvador, em Cuba e na Bolívia (1925-1945), no Japão (1930 – 1939), na Austrália (1925 – 1945), dentre vários outros países dos mesmos continentes que esses, bem como na significativa maioria dos países europeus. No Brasil, foi criada, em 1925, a Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, “que foi pouco a pouco sendo colocada sob a tutela do Itamaraty, e também com a nomeação de um delegado, Élysée Montarroyos, como intermediário entre esse organismo e o Ministério [das Relações Exteriores].” (Dumont e Fléchet 2014, 205).

A ação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual teria, a partir de 1926, o apoio do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, que funcionava praticamente como o órgão executivo dela. Foi criado a partir de uma proposta do governo francês, em resposta à solicitação feita em 1924 pelo, então, presidente da CICI, Henri Bergson, por ajuda financeira dos Estados membros da Liga das Nações. O IICI teve, desde o início, a sua sede instalada em Paris, no Palais-Royal, e uma significativa subvenção do governo francês, que representava mais de 80% de todo o aporte oriundo dos Estados que colaboravam e que, por sua vez contribuía com mais de 80% do total necessário. Como informa Jean-Jacques Renoliet (2007, 55), esses Estados eram em número de três, quando da fundação do Instituto em 1926, e chegaram a quatorze em 1939, mas “entre os quais o Reino Unido, a Alemanha, os Estados Unidos e a União Soviética nunca figuraram”. O restante do apoio financeiro era obtido “pelas contribuições especiais destinadas a trabalhos

específicos dos Estados, associações ou das grandes fundações americanas (Carnegie Endowment e especialmente a Rockefeller Foundation).” (Renoliet 2007, 55).

O primeiro presidente do órgão, de 1926 a 1930, foi o escritor francês Julien Luchaire, que era, também, um dos membros da CICI. Em 1923, antes mesmo da criação do IICI, Luchaire já explicitava qual seria, para ele, o papel da França para o desenvolvimento da colaboração intelectual entre os povos:

De acordo com uma tradição antiga, [ela] se apresenta[ria] como a nação mais bem-dotada para compreender o esforço intelectual de todas as outras, para servir de ponto de encontro para seus vários produtos, para harmonizá-los, colocando-os à medida de seu gênio e os transmitindo assim transformados no patrimônio comum da humanidade. (Citado em Laqua 2011, 54).

A noção de patrimônio mundial, ou de patrimônio da humanidade, vinha se construindo pelo menos desde meados do século XIX, como apontei no texto de 2017 e desenvolvi em artigo ainda inédito¹. Essa noção teve nas propostas de criação de uma Cruz Vermelha dos monumentos, apresentada pelo arquiteto francês Charles Normand no citado congresso internacional de 1889, em Paris, um momento importantíssimo de sua explicitação. Mas, provavelmente seja nesse artigo de Luchaire que o termo “patrimônio comum da humanidade” apareça pela primeira vez. E aparece apontando um papel intelectual crucial atribuído ao povo francês. Pode-se dizer, sem medo de ser anacrônico (pois o conceito só será formulado por Joseph Samuel Nye Jr. mais de meio século depois), que esse “trabalho intelectual” seria o *soft power* francês. Pois, como diz Nye:

Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. [...] A este aspecto de poder – levar os outros a querer o que você quer –, dou o nome de poder brando [*soft power*]. Ele coopta as pessoas ao invés de coagi-las. (Citado em Barão 2014, 94).

Nesse sentido, entende-se o esforço da França em ocupar os espaços de decisão nas instituições internacionais de cultura, bem como, no caso específico do IICI, se preocupar com a sua instalação e fortalecimento. Esse *soft-power* tinha como objetivo imediato, como aponta Annamaria Ducci (2012, 229-230) anular o poder político crescente da sua vizinha, a Alemanha:

O principal organismo cultural da Liga das Nações era indubitavelmente o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), criado em 1925. O instituto havia sido fortemente desejado pela França, com a intenção de se opor - pelo menos em um plano cultural - a um poder cada vez mais forte, o da Alemanha. O governo francês não apenas buscou a criação do IICI, mas também o apoiou financeiramente e influenciou profundamente sua agenda. Note-se que o nascimento do IICI ocorreu naquele momento crucial da história francesa em que - após os efeitos devastadores do caso Dreyfus - a idéia do intelectual como o *homme engagé*, como mediador político, se não ele próprio, o inspirador de novas ideologias, tomou conta. (Ducci 2012, 229-230).

¹ O artigo aqui citado, intitulado “*Wich Egypt will answer? Some genealogical notes on world heritage*” fará parte do livro: Christofoletti, Rodrigo e Marcos Olender, org. *World Heritage Patinas*. Springer: Berna, 2020 (no prelo).

Se o IICI era predominantemente constituído por países europeus, mais especificamente da denominada “parte Atlântica da Europa”, a coincidência desta com a cultura ocidental foi, segundo Ducci, construída pelo historiador da arte francês Henri Focillon, com o apoio de Paul Valéry, ambos integrantes também da instituição, representando a França. Mas o que os dois autores consideravam a Europa Atlântica? Segundo Ducci, cada vez mais, para eles, o “oeste atlântico” era a própria França e para assim afirmarem, se pautavam em outro historiador da arte e da arquitetura, além de arquiteto e restaurador: Viollet-le-Duc:

O interesse de Focillon por essas questões começou em meados da década de 1930 e cresceu e amadureceu durante dois anos de ensino no Collège de France, ao lado de seu amigo Valéry. Ambos os estudiosos chegaram à conclusão de que o oeste atlântico coincidia apenas com a França. Na realidade, essa era uma equação referente a uma importante parte da historiografia francesa do século XIX, que se desenvolveu precisamente na história da arte, focada na Idade Média. Desse ângulo, a síntese do arquiteto Eugène Viollet-le-Duc no sétimo *Entretien* (1863) é bastante esclarecedora: 'No Ocidente, pelo contrário (e quando eu falo do Ocidente, pretendo falar apenas da França), a idéia dominante, a idéia principal, tem sido a unidade; as artes têm sido um dos meios mais poderosos para alcançar essa unidade. (Ducci 2012, 231).

Foi Henri Focillon que teve a iniciativa de propor a criação de um órgão específico, vinculado ao IICI, que tinha como campo de atuação as obras de arte e os museus: o *Office International des Musées* (Escritório Internacional de Museus). A sua criação, que reforçava o *soft-power* francês, foi motivo de críticas imediatas justamente da Alemanha, como relata Michela Passini (2018a, 52):

Vários historiadores de arte e chefes de instituições de patrimônio alemão reclamaram da super-representação da França no OIM, que consideram ser o produto de uma política cultural francesa. Além disso, essas críticas são justificadas: a criação do OIM se dá por iniciativa de atores franceses, como Henri Focillon, então professor de história da arte medieval na Sorbonne, que dirigiu o Museu de Belas Artes de Lyon entre 1913 e 1923. A França desempenha um papel dominante nesta instituição, com sede em Paris (no Palais-Royal), cuja língua é o francês e que, durante seus primeiros anos de vida, é dirigido por um comitê reduzido, composto por seis membros, incluindo dois franceses (além de Focillon, Julien Luchaire, diretor da IICI).

Com a implantação do OIM, em 1926, assume a presidência do órgão, o político belga Jules Destrée, membro proeminente do IICI, assim descrito por Ducci (2012, 235): “[...] orgulhoso flamengo, advogado, pacifista firme e deputado ativo, ele era um representante do humanitarismo socialista do final do século XIX, que acreditava firmemente que a cultura em geral e as artes em particular poderiam ser catalisadoras da autoconsciência. de um povo.”

Por sua vez Focillon, o idealizador do OIM, segundo informa Ducci, na época da sua entrada no IICI, um ano antes da implantação do OIM, era um homem de educação proudhoniana “de que a cultura era o principal trampolim da emancipação social” (Ducci 2012, 235) e já tinha uma larga experiência no mundo dos museus. Para ele:

[...] o museu representava uma das instituições fundamentais da vida social, a estrutura básica da vida intelectual na sociedade urbana; foi ali que o tecido conjuntivo que unia a modernidade à tradição foi criado e, o que é mais importante, que os valores específicos de um povo se misturavam aos valores "universais" das artes. Ele articulou essa crença, mais uma vez, no programa da OIM: o museu era 'uma instituição dedicada à cooperação intelectual', pois apresentava, ao mesmo tempo, 'o gênio de uma nação e o das civilizações estrangeiras'; era, portanto, 'o melhor meio possível de conhecer uma cultura, da maneira mais tangível', pois, assim como os livros, os museus representavam a melhor maneira de reconstruir a história das relações culturais e as trocas de idéias entre os povos. A seu modo, superando questões nacionais, os museus foram a primeira premonição de uma autoconsciência européia e mundial. (Ducci 2012, 235).

“O novo conceito que vem surgindo desde algum tempo”: a questão do patrimônio da humanidade e a Conferência de Atenas de 1931

Em 1931 é realizado, pelo OIM, em Atenas, a Primeira Conferência Internacional sobre a Conservação dos Monumentos de Arte e de História. A Conferência de Atenas, porém, não foi o primeiro evento internacional promovido pelo citado órgão. Em meados do ano anterior, aconteceu em Roma a Primeira Conferência de Conservação de Obras de Arte. Prevista, primeiramente, para acontecer em 1929, em Paris, o evento teve que ser adiado devido à falta de recursos provocada pela crise econômica decorrente do *crack* da Bolsa de Nova Iorque. No início de 1930, Benito Mussolini banca o evento levando-o para Roma, como informa Leveau, “por razões políticas e científicas”, pois “inspirado pelo seu Ministro da Educação, Corrado Ricci, ele queria fazer da restauração o instrumento da sua luta contra a decadência moral da Itália e levar, assim, os intelectuais a apoiarem a sua política fascista.” (Leveau 2011, 9).

O segundo evento internacional, por sua vez, apresenta, também, razões políticas, científicas e culturais. Por um lado, se soma, como afirma Passini (2018a, 52), a ‘uma série de iniciativas e acontecimentos’ como a restauração do Partenon e a inauguração do Museu de Olímpia, mas, por outro, expõe situações tensas referentes a alguns monumentos gregos. Isso pode ser constatado, por exemplo, na carta encaminhada, em 25 de março de 1931, pelo diretor do Victoria and Albert Museum, Cecil Harcourt Smith (que era o representante inglês no OIM) à demanda feita pelo secretário-geral do OIM, o advogado e historiador da arte grego, Euripide Foundoukidis, de realizar esse encontro justamente em Atenas:

Quanto à ideia de realizar um congresso em Atenas no próximo outono, creio que podemos encontrar muitos argumentos a favor e contra. A questão da proteção dos monumentos apresenta um particular interesse na Grécia, mas temo que em Atenas seja difícil evitar as implicações políticas muito embaraçosas do problema. (Citado em Passini 2018a, 52).

Certamente, Smith se referia aos “episódios de pilhagem sofridos pelo patrimônio helênico”, dentre os quais se destacava aquele dos “mármorees do Partenon adquiridos pelo Museu Britânico em 1816” (Passini 2018a, 53).

Cerca de um ano antes desta correspondência, em 1930, o diplomata grego Ioannis Gennadios, infoma Passini, “havia publicado [...] um estudo intitulado *Lord Elgin et les autres antiquaires envahisseurs en Grèce, 1440-1837. Étude historique et archéologique*, que listava [...] [esses] episódios de pilhagem” (Passini 2018b, 8). O objetivo principal da obra, continua a autora,

era de reunir um conjunto de sólidas evidências históricas que poderiam justificar a demanda de restituição dos fragmentos monumentais gregos, e em particular dos mármore do Partenon [...]. Gennadios reivindicava para os gregos uma propriedade exclusiva, tanto no plano simbólico quanto a um nível material, do patrimônio artístico grego. Os mármore do Partenon pareciam-lhe constituir um lugar primordial de identificação e de memória da nação grega. Assim, ele rejeitava da maneira mais clara possível qualquer concepção do patrimônio grego como pertencente a um horizonte intelectual e memorial diferente daquele da sua nação, ou como portador de uma identidade européia ou mesmo universal. (Passini 2018b, 8).

Esta ideia, de certa forma, se confrontava com outra que ia se tornando cada vez mais explícita, conforme ia se consolidando a proposta de realizar o evento em Atenas, que era a de “patrimônio da humanidade”.

Na terceira edição de 1931 da *Mouzeion* (n. 15), a revista publicada pelo OIM desde 1927, temos a transcrição da segunda reunião do Comitê Diretor do OIM, ocorrida em 13 e 14 de abril daquele ano. Nela, se aborda a organização da Conferência que aconteceria em outubro em Atenas, bem como os eixos temáticos principais que estruturarão o evento, compreendendo os “problemas de ordem administrativa e legislativa, de ordem técnica e jurídica”. Chama a atenção justamente o que se refere à ordem jurídica:

Finalmente, questões jurídicas poderiam eventualmente ser objeto de um estudo pela conferência. Entre elas, podemos citar como exemplo um tombamento [*classement*] internacional de certos monumentos de arte que podem ser considerados como patrimônio da humanidade, o que implicaria obrigações internacionais (Office International des Musées 1931a, 92-93).

Esta preocupação com a eleição de “patrimônios da humanidade”, que seriam objetos de um tombamento internacional, não é nova. A proposta surgiu pela primeira vez cerca de quarenta e dois anos antes, exatamente no Primeiro Congresso Internacional para a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos de 1889, em Paris, e se apresentava vinculada à criação de uma Cruz Vermelha dos monumentos. É aprovada pelos participantes do evento e publicada com a seguinte redação:

VI. Organização da Cruz Vermelha. Proteção dos monumentos e obras de arte em tempo de guerra.

A partir da proposição do sr. Charles Normand, o Congresso estabelece que **os monumentos de arte pertencem à totalidade da humanidade**, [e] reivindica que os diferentes governos designem representantes encarregados de pesquisar e de indicar os monumentos de cada país cuja salvaguarda deverá ser assumida em tempos de guerra por uma convenção internacional. (Ministere du Commerce 1889, 25; grifos meus).

Na defesa de sua proposta que, como visto, acaba sendo aprovada pelo plenário, defesa essa que ocorre na quinta sessão do congresso, Charles Normand explicita as características da mesma, sua abrangência e o instrumento a ser utilizado para efetivá-la, reconhecendo sua originalidade:

1°. Peçamos primeiro um reconhecimento completamente platônico do princípio pelos governos. A coisa deve ser fácil, [mas] ela é um pouco desconfortável. 2°. Reivindicamos um tombamento [*classement*] internacional de algumas edificações as quais, a partir das próximas guerras, seria proibido tocá-las sujeitando a certas penalidades: pelo menos o Estado que repetisse esse crime estaria na situação de um país que violou os compromissos internacionais, e a lei moral à qual vocês deram a maior importância pelo modo solene como sancionaram as idéias da civilização. 3°. Persigamos, através de um trabalho incessante, o aumento do número dos edifícios tombados [*classés*] de comum acordo entre os Estados; 4°. mas também que o Comitê Internacional exija em seguida por todos os meios à sua disposição a supressão desse tombamento [*classement*], porque essa medida deve ser completamente transitória feita unicamente para obter imediatamente a salvaguarda das obras capitais. É importante sabermos que todos os monumentos são dignos de solicitude. A modéstia e a necessidade de assegurar o triunfo imediato dessa idéia obrigam unicamente a tais desejos tímidos. (Normand 1889b, 274-275).

Aqui, a proposta é de um tombamento internacional provisório por dizer respeito, apenas, à proteção dos monumentos históricos em tempos de guerra. Mas cabe ressaltar o pioneirismo da proposta que, após quatro décadas, é rerepresentada, dessa vez em caráter efetivo, como reconhecimento da importância do bem por um organismo internacional. Em uma transmissão de rádio realizada no ano de 1931, o Secretário-Geral do OIM, Euripide Foundoukidis, discorre sobre a próxima realização do encontro internacional em Atenas. Em sua fala, transcrita no mesmo número 15 da revista *Museion*, ele aborda brevemente o Congresso realizado em Roma no ano anterior, inclusive para justificar a necessidade de um evento específico para tratar dos monumentos arquitetônicos, excluídos daquele encontro que ficou restrito às pinturas e às esculturas. Depois então, após uma breve notícia sobre o Congresso Internacional de História da Arte realizado em Paris, em 1921 – e que chegou a debater aspectos referentes à preservação desses monumentos arquitetônicos – Foundoukidis aborda os temas que seriam tratados na Conferência de Atenas. Desses temas, que vão desde “questões administrativas e legislativas”, passando pelo “estudo comparado” de várias legislações nacionais, além de “questões técnicas” concernentes à conservação e, mesmo, aos problemas do entorno do bem (ele se detém, em sua fala, nas questões referentes à vegetação), chama a atenção, justamente, o último tema abordado, que é o do tombamento (*classement*) internacional. A esse respeito afirma o Secretário do OIM:

Finalmente, alguns problemas de caráter internacional também podem ser, igualmente, objeto de uma troca de pontos de vista na conferência. Como, por exemplo, o novo conceito que vem surgindo desde algum tempo e que tende a considerar certos monumentos artísticos como pertencendo ao patrimônio comum da humanidade. Parece que existe em formação um novo princípio de direito internacional no campo artístico e sobre o qual a futura conferência poderia ser levada a precisar o alcance. (Office International des Musées 1931a, 97).

O tema é também abordado na publicação oficial das conclusões gerais do evento, realizada em cinco línguas (francês, inglês, alemão, espanhol e italiano), mais especificamente no “Relatório do Presidente do Comitê Diretor do Escritório Internacional de Museus Sobre os Trabalhos da Conferência de Atenas”. Jules Destrée inicia seu texto justamente abordando esse assunto! Diz ele:

Entre as conclusões adotadas pela Conferência de Atenas, há algumas que constituem verdadeiras inovações na ordem internacional.

Primeiramente a admissão, por toda a Conferência, dessa nova noção, segundo a qual a salvaguarda das obras-primas pelas quais a civilização se expressou no mais alto grau interessa à comunidade dos povos. Essa noção implica uma restrição do direito de propriedade nacional no que ele tem de egoísta. Além disso, deve-se observar que todos os países parecem compreender, hoje, que eles não são os únicos beneficiários da riqueza artística que possuem. A Conferência não se limitou a enunciar esse princípio; foi além, ao prever um procedimento capaz de dar a essa solidariedade internacional a oportunidade de se expressar de maneira concreta. Se a Assembléia da Liga das Nações conceder sua alta consagração a esse novo princípio, instituições e grupos qualificados poderão, portanto, submeter à organização de cooperação intelectual solicitações que expressem seu interesse na conservação de tal ou tal monumento, sem que tal iniciativa possa ser interpretada como uma invasão da soberania nacional.

O procedimento proposto pela Conferência de Atenas deixa a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual o direito de se pronunciar, seguindo solicitações semelhantes, sobre a adequação das medidas a serem tomadas pelo Escritório Internacional de Museus em cada caso específico. Eu acho que seria supérfluo insistir sobre os felizes efeitos de uma colaboração internacional concebida nesse espírito. (Destrée 1931, 10).

Um pouco mais de um quarto do relatório de Destrée sobre a Conferência é destinado ao tema do “patrimônio da humanidade” (23 das 82 linhas)! Ele aponta, exatamente, como a questão foi desenvolvida na Carta de Atenas, embora nessa não conste a proposta da criação do instrumento de proteção internacional (o tombamento) defendida efusivamente por Foundoukidis em sua intervenção na Conferência, como aponta Passini (2018b, 249) e que, objetivamente, implicaria na tal “restrição do direito de propriedade nacional no que ele tem de egoísta”, apontada pelo relatório. Politicamente mais branda a questão aparece exatamente no seu sétimo e último item intitulado de “A conservação dos monumentos e a colaboração internacional”, no sub-item “a) Cooperação técnica e moral”:

A conferência, convencida de que a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiã da civilização, deseja que os Estados, agindo no espírito do Pacto da Sociedade das Nações, colaborem entre si, cada vez mais concretamente, para favorecer a conservação dos monumentos de arte e de história.

Considera altamente desejável que instituições e grupos qualificados possam, sem causar o menor prejuízo ao Direito Internacional Público, manifestar seu interesse pela salvaguarda das obras-primas nas quais a civilização se tenha expressado em seu nível mais alto e que se apresentem ameaçadas. Emite o voto de que as proposições a esse respeito, quando submetidas à Organização de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, possam ser recomendadas à favorável atenção dos Estados.

Caberia à Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, após sindicância do Escritório Internacional dos Museus e depois de haverem sido recolhidas todas as informações úteis, notadamente junto à Comissão Nacional de Cooperação Intelectual interessada, pronunciar-se sobre

a oportunidade das providências a serem empreendidas e sobre o procedimento a ser seguido em cada caso particular. (Cury 2004, 16-17).

No trecho transcrito, é possível perceber várias das situações mencionadas por Destrée. Primeiramente, temos a presença do próprio conceito de “patrimônio artístico e arqueológico da humanidade” se referindo àquelas “obras-primas nas quais a civilização se tenha expressado em seu nível mais alto” (Cury 2004, 16), definição presente, também, como pode ser visto, no próprio trecho do relatório de Destrée transcrito acima. Encontra-se, também, nos últimos três parágrafos do trecho transcrito, o procedimento explicitado por Destrée no seu relatório, no qual “instituições e grupos qualificados” podem submeter à Organização de Cooperação Intelectual (OCI) da Sociedade das Nações (como se denominou o conjunto constituído pela CICI e pelo IICI a partir de 1931) “solicitações que expressem seu interesse na conservação de tal ou tal monumento, sem que tal iniciativa possa ser interpretada como uma invasão da soberania nacional” (Destrée 1931, 10). Tendo como interlocutora oficial a respectiva Comissão Nacional de Cooperação Intelectual, caberia portanto à CICI “após sindicância do Escritório Internacional dos Museus”, “pronunciar-se sobre a oportunidade das providências a serem empreendidas e sobre o procedimento a ser seguido em cada caso particular” (Cury 2004, 17), como também explicita Destrée. Em lugar, porém, de um instrumento que restrinja algo como um “direito de propriedade nacional”, o documento internacional aponta que as proposições concernentes a esta preservação sejam recomendadas pela OCI “à favorável atenção dos Estados” (Cury 2004, 17), embora mantenha a autoridade da CICI na explicitação dos procedimentos a serem tomados.

Em relação às Resoluções aprovadas e adotadas pela CICI em 23 de julho de 1932, a própria noção de “patrimônio da humanidade” aparece no texto quando a assembleia do CICI considera que “a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa a comunidade dos Estados guardiões da civilização”. Em relação às recomendações aprovadas que devem ser “gentilmente” encaminhadas aos Estados membros da Liga das Nações, elas são duas e fazem menção direta a dois sub-itens do item VII: o primeiro, citado acima, referente à “cooperação técnica e moral”, e o segundo, se referindo ao “papel da educação e o respeito aos monumentos”:

Que os Estados, atuando no espírito do Pacto da Liga das Nações, se prestem a uma colaboração cada vez mais extensa e concreta, a fim de garantir a conservação de monumentos e obras de arte;
Que os Estados membros convidem os educadores a instruir crianças e jovens no respeito aos monumentos, seja qual for a civilização ou a época a que esses monumentos pertençam, e que essa ação educativa dos Estados também se destine ao público em geral, com o objetivo de associar estes últimos à proteção dos testemunhos de toda civilização (Office International des Musées 1931b, 13).

Por sua vez, coube à Assembleia da Liga das Nações aprovar, em 10 de outubro de 1932, “as recomendações elaboradas pela Conferência de Atenas, concernentes à conservação dos

monumentos históricos e obras de arte” e confiar a Organização de Cooperação Intelectual a sua transmissão aos governantes dos Estados membros.

A Carta de Atenas, fruto da Conferência de Atenas realizada em outubro de 1931, é considerada, segundo Jukka Jokilehto (1986, 401), o “primeiro documento político aceito em âmbito intergovernamental e, assim, marcou o início da formulação de diretrizes e recomendações internacionais que visam à preservação do patrimônio cultural”.

A presença da noção de “patrimônio da humanidade” no citado documento vem reforçar a trajetória da constituição e consolidação dessa noção, presente já nas sessões e resoluções do Primeiro Congresso Internacional para a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos de 1889, em Paris, e que na Carta de Atenas assume, pode-se dizer, pela primeira vez, um caráter oficial.

No Congresso de 1889, Normand, além de propor a criação do instrumento do “tombamento internacional”, também sugere o primeiro bem que poderia ser submetido a tal procedimento: o conjunto das pirâmides do Egito.

Em 1931, embora não se evidenciasse nenhum bem como alvo específico do processo, é impossível não pensar na própria Acrópole de Atenas e, mais especificamente ainda, no Partenon, objeto de uma intervenção restaurativa no período. A possibilidade de se utilizar o tombamento internacional para resolver a tensão criada pela campanha para a devolução dos “mármore do Partenon” suscitada pelo texto de Gennadios não pode ser descartada, embora Passini aponte que essa questão não chegou a ser levantada durante a conferência. Ela mesma afirma que:

parece provável que, na insistência de Foundoukidis e Jules Destrée na ideia de um patrimônio da humanidade e de uma responsabilidade coletiva supranacional para com os monumentos e as obras de arte, haja pelo menos um elemento de resposta à concepção decididamente nacional de patrimônio histórico e artístico desenvolvido, entre outros, por Gennadios (Passini 2018b, 252).

Em 1870, o arquiteto e fotógrafo francês Alfred-Nicolas Normand publica um livro intitulado de “*L'Architecture des nations étrangères, étude sur les principales constructions du parc à l'Exposition universelle de Paris (1867)*” em que, como explicita o próprio título, discorre sobre os pavilhões estrangeiros apresentados no citado evento de 1867, em Paris. Inicia, justamente, pelo conjunto de edificações egípcias, que constituíam um verdadeiro “parque temático” e afirma:

Nada no mundo está mais apto a produzir **uma impressão grandiosa do que a visão dos monumentos antigos do Egito**. A imensidão das proporções gerais, a exatidão da escala dos detalhes realçados por uma coloração rica e harmoniosa, o local, a atmosfera que os envolve, o poder das ruínas ainda existentes, **tudo finalmente produz uma impressão única nos sentidos, que os monumentos da Grécia, com sua admirável pureza, são os únicos capazes de contrabalançar**. (Normand 1870, 3; grifos meus).

Como aponto em texto inédito já referenciado anteriormente (ver nota 1), a afirmação de Normand reforçava uma percepção já existente, desde fins do século XVIII, de que a antiga

civilização egípcia teria sido a nobre origem das civilizações ocidentais. Tal hipótese seria reforçada por outra obra publicada três anos antes, o livro do jornalista e escritor polonês naturalizado francês Charles-Edmond Chojecki, “L'Égypte à l'Exposition universelle de 1867”, que afirma, ao discorrer sobre o mesmo “parque egípcio” que:

O EGITO é representado na Exposição Universal de 1867, não só pelo seu presente, **mas também pelo seu passado. Tinha que ser assim, já que é o berço do mundo**, ou que pelo menos foi a escola dele em tempos anteriores à nossa antiguidade clássica: a civilização moderna vem de Roma e da Grécia; **mas o germe das civilizações romana e grega veio do Nilo** (Chojecki 1867, 10; grifos meus)

Em 1889, em Paris, naquele que, provavelmente, foi o primeiro encontro internacional destinado especificamente para a preservação do patrimônio histórico e artístico, foi introduzida a idéia de que haviam “monumentos de arte [que] pertencem à totalidade da humanidade” ou seja, que podem ser considerados seu patrimônio. Nesse evento foi esboçado, também, o instrumento do “tombamento internacional”, sendo sugerido que o primeiro bem a ser contemplado fosse o conjunto das pirâmides do Egito. Cerca de quatro décadas depois, a Acrópole de Atenas, de certa forma, “assombrava” a discussão sobre a possibilidade da instalação de procedimentos que viabilizassem justamente a implementação da noção de “patrimônio da humanidade” na Conferência Internacional que se realizava na mesma cidade e que versava sobre temas semelhantes aos do Congresso de 1889. De Paris à Atenas, da concepção e dos vestígios de uma antiga Civilização Egípcia àqueles de uma Grécia Antiga, eis o percurso adotado para a formação e o início da consolidação da noção de “patrimônio da humanidade”. Percurso extremamente atribulado, que vivenciou grandes tensões, conflitos e acordos internacionais, como a primeira Grande Guerra e a instalação da Liga das Nações. Outro grande conflito mundial, outras instituições internacionais e mais algumas décadas seriam necessárias para testemunharmos, porém, a consagração dessa noção.

Referências bibliográficas

Barão, Giulia Ribeiro. “Cultura e diplomacia cultural no século XXI: proposta de revisão do pensamento brasileiro de Relações Internacionais”. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 3, n. 5 (2014/1): 74-102.

Benjamin, Walter. “Experiência e pobreza”. Em *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, Walter Benjamin, 123-128. São Paulo: Brasiliense, 2012a.

Benjamin, Walter. “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. Em *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, Walter Benjamin, 213-240. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade / Editora UNESP, 2001.

Cury, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

Chojewski, Charles-Edmond. *L'Égypte à l'Exposition universelle de 1867*. Paris: Typographie Morris & Compagnie, 1867. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62144366.texteImage>

Destrée, Jules. “Rapport du Président du Comité de Direction de l'Office International des Musées sur les Travaux de la Conférence d'Athènes”. Em *La Conservation des monuments d'art et d'histoire*. [Conclusions de la Conférence d'Athènes, 21-30 octobre 1931. Rapport à la Commission internationale de coopération intellectuelle. Résolutions de la Commission. Recommandations de l'Assemblée de la Société des nations.]. Office International des Musées (org.). Paris: Sociedade das Nações, 1931, 10-12. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6524895f.texteImage> Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

Ducci, Annamaria. “Europe and the Artistic Patrimony of the Interwar Period: The International Institute for Intellectual Cooperation at the League of Nations”. Em *Europe in crisis: Intellectuals and the European Idea, 1917–1957*, orgs. Mark Hewitson e Matthew D’Auria, 227-242. Nova Iorque, Oxford: Berghahn Books, 2012.

Dumont, Juliette, e Anaís Fléchet. ““Pelo que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX”. *Revista Brasileira de História*, vol.34, n.67 (2014): 203-221. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000100010>.

Gagnebin, Jeanne Marie. “Memória, história, testemunho”. Em *Lembrar escrever esquecer*, Jeanne Marie Gagnebin, 49-58. São Paulo: Ed. 34, 2006.

Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Jokilehto, Jukka. “A history of architectural conservation: the contribution of English, French, German and Italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property”. Tese de doutoramento, York, University of York: Institute of Advanced Architectural Studies, 1986.

Kant, I. *À paz perpétua*. São Paulo: L&PM, 1989.

Kant, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

Laqua, Daniel. “Internationalisme ou affirmation de la nation? La Coopération intellectuelle transnationale dans l'entre-deux-guerres”. Em *Critique internationale*, 52 (2011/3), 51-67. <https://doi.org/10.3917/crit.052.0051>.

Léon, Paul. “La guerre et les monuments”. *Les Arts*. 154 (abr. 1916): 2-10.

Leveau, Pierre. “Le problème de l'apolitique de la conservation-restauration”. *Conservation restauration des biens culturels*, n. 29 (2011): 5-26.

Mainetti, V. “La coopération culturelle internationale et l'émergence du droit international de la culture”. Em *Alcuni aspetti della “dimensione culturale” del diritto internazionale ed interno: Profili di tutela e valorizzazione*, org. Anna Oriolo e Anna Vigorito, 171-221. Ariccia: Aracne, 2014.

Ministère du Commerce, de l'Industrie et des Colonies. “Exposition universelle internationale de 1889. Direction générale de l'exploitation”. Em *Congrès international pour la protection des oeuvres d'art et des monuments*. Fascicule n°. 1. Organisation du Congrès. Paris: Impr. Nationale, mai 1889. Disponível em: <https://data.bnf.fr/fr/documents-by-rdt/12191328/360/page2> . Acesso em: 20 de abril de 2016.

Normand, Alfred-Nicolas Normand. *L'Architecture des nations étrangères, étude sur les principales constructions du parc à l'Exposition universelle de Paris (1867)*. Paris: A. Morel, 1870.

Normand, Charles. “Discours prononcé à l'ouverture de premier congrès pour la protection des monuments et oeuvres d'art (Congrès de Paris 1889)”. *L'Ami des Monuments*. Paris, Tome 3, n. 14 (1889a), 191-193. Disponível em: <https://archive.org/details/lamidesmonuments14soci/page/n9/mode/2up>.

Normand, Charles. Premières idées sur l'organisation de la Croix Rouge pour la protection des monuments en temps de guerre. *L'Ami des Monuments*. Paris, Tome 3, n. 16 (1889b), 272-278. Disponível em: <https://archive.org/details/lamidesmonuments14soci/page/n9/mode/2up>.

Olender, Marcos. “Um courant sympathique”: primórdios da internacionalização da preservação do patrimônio cultural na segunda metade do século XIX. Em *Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power*, 189-211, org. Rodrigo Christofoletti. Santos: Editora Universitária Leopoldinum, 2017.

Olender, Marcos. “Wich Egypt will answer? Some genealogical notes on world heritage”. Em *World Heritage Patinas*, org. Rodrigo Christofoletti e Marcos Olender. Springer: Berna, 2020. (no prelo).

Office International des Musées. “L'activité de l'Office International des Musées”. *Museion, Revue Internationale de Muséographie*, 15, n. III (1931a): 91-98.

Office International des Musées. *La Conservation des monuments d'art et d'histoire*. [Conclusions de la Conférence d'Athènes, 21-30 octobre 1931. Rapport à la Commission internationale de coopération intellectuelle. Résolutions de la Commission. Recommandations de l'Assemblée de la Société des nations.]. Paris: Sociedade das Nações, 1931b. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6524895f.texteImage> . Acesso em: 10 fevereiro 2016.

Passini, Michela. “Le patrimoine à l'épreuve de l'histoire transnationale: Circulations culturelles et évolutions du régime patrimonial pendant les années 1930”. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 137 (2018a/1): 49-61. <https://doi.org/10.3917/ving.137.0049>

Passini, Michela. “La Conférence d'Athènes sur la conservation des monuments d'art et d'histoire (1931) et l'élaboration croisée de la notion de patrimoine de l'humanité”. Em *Le Double Voyage: Paris-Athènes (1919-1939)*, org. Lucile Arnoux-Farnoux e Polina Kosmadaki, 243-252. Atenas: École française d'Athènes, 2018b.

Renoliet, Jean-Jacques. “L'UNESCO oubliée: l'Organisation de Coopération Intellectuelle (1921-1946)”. *60 ans d'histoire de l'UNESCO: Actes du colloque international*, Paris: França, novembro 2005, Paris: UNESCO, 2007, 61-66. Disponível em: <https://unesco.bibliomondo.com/>.

Valéry, Paul. *La crise de l'esprit*. S.l.: Ed. Ouvres Ouverts, 2015.

Recebido: 13 de junho de 2020

Aprovado: 28 de agosto de 2020